

Índice

CAPÍTULO 10

DA AÇÃO CIVIL “EX DELICTO”

1. <i>Actio civilis ex delicto</i> . Noções	21
2. Pretensão punitiva e pretensão de ressarcimento	22
3. Ação penal e <i>actio civilis ex delicto</i>	24
4. A ação penal e a ação civil são independentes?	28
5. Sistemas	30
6. Sistema pátrio	33
7. Parte civil	36
8. Responsabilidade civil e responsabilidade penal	38
9. Objeto da <i>actio civilis ex delicto</i>	39
10. Quantificação	40
11. Dano moral	42
12. Influência da jurisdição penal sobre a civil	52
13. Execução	58
14. Ação civil proposta antes do ajuizamento ou no transcorrer da causa penal	60
15. Sentença penal absolutória	65
16. Arquivamento de inquérito e extinção da punibilidade	72
17. Atividade do Ministério Público	73

CAPÍTULO 11

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1. Noções gerais	77
------------------------	----



2. A jurisdição como necessidade jurídica.....	80
3. Conceito.....	81
4. A função de julgar é exclusiva do Judiciário?	83
5. Jurisdição, administração e legislação. Diferenças	84
6. Caracteres da jurisdição.....	88
7. Caracteres formais	89
8. Elementos	90
9. Princípios.....	91
10. Divisão da jurisdição	104

CAPÍTULO 12

DA COMPETÊNCIA

1. Noções introdutórias.....	111
2. A delimitação do poder de julgar feita pela Constituição. Justiças Especiais. Competência da Jurisdição	112
3. Justiça Comum.....	115
4. A delimitação <i>ratione loci</i>	117
5. Justiça Militar Federal	120
6. Justiça Militar Estadual.....	122
7. Justiça Eleitoral	126
8. Justiça Comum Federal.....	127
9. Justiça Comum Estadual	129
10. A delimitação do poder de julgar fixada pela lei ordinária — <i>locus commissi delicti</i>	131
11. Foro competente nos crimes ambientais	139
12. Crimes plurilocais.....	144
13. Foro competente nos delitos qualificados pelo resultado.....	147
14. Tentativa	151
15. Crimes a distância ou de espaço máximo	151
16. Infrações cometidas nas divisas de duas ou mais comarcas.....	152
17. Da competência pelo domicílio ou residência do réu	156
18. Critérios para a determinação do Juiz competente.....	159
19. Da competência pela distribuição	170

CAPÍTULO 13

DA COMPETÊNCIA PELA PREVENÇÃO. DA COMPETÊNCIA PELA PRERROGATIVA DA FUNÇÃO. CRIMES COMETIDOS FORA DO BRASIL. TERRITÓRIO MARÍTIMO. ESPAÇO AÉREO

1. Da competência pela prevenção.....	176
2. Da competência pela prerrogativa da função (<i>ratione personae vel muneris</i>)	177
3. Supremo Tribunal Federal.....	181
4. Superior Tribunal de Justiça	183
5. Superior Tribunal Militar	186
6. Tribunal Superior Eleitoral	186
7. Tribunais Regionais Eleitorais	186
8. Tribunais Regionais Federais	187
9. Tribunais de Justiça	190
10. Nosso entendimento quanto à competência originária <i>ratione personae vel muneris</i> dos Tribunais de Justiça	198
11. Crime praticado fora do Estado onde o beneficiário de foro privado exerce suas atividades.....	199
12. Competência originária mesmo cessada a função.....	200
13. Cessação da função	201
14. A�o de improbidade.....	205
15. Problemas especiais.....	210
16. Processo e julgamento	213
17. Procedimento	213
18. O arquivamento do inquérito nos Tribunais	215
19. O art. 85 do CPP e os problemas que suscita	219
20. Crimes cometidos fora do território nacional	225
21. Crimes cometidos no território marítimo ou em alto-mar.....	226
22. Crimes cometidos no espaço aéreo	228
23. Competência da Justiça Comum Federal	234

CAPÍTULO 14

DA COMPETÊNCIA PELA CONEXÃO E CONTINÊNCIA

1. Da competência pela conexão e continência.....	253
---	-----

2. Efeitos da conexão e continência.....	254
3. Espécies de conexão	255
4. Da continência	260
5. Da continência por cumulação subjetiva e por cumulação objetiva ...	261
6. As regras para se fixar o <i>forum attractionis</i>	262
7. As exceções à regra	272
8. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	277
9. O problema da soma ou unificação das penas	283

CAPÍTULO 15

DA COMPETÊNCIA FUNCIONAL

1. Da competência funcional.....	287
2. Modalidades de competência funcional	289
3. Competência funcional por fases do processo	289
4. Competência funcional por objeto do juízo	290
5. Da competência vertical.....	291
6. Da competência em razão de recursos	291
7. Da competência recursal do STF	293
8. Da competência recursal do STJ.....	294
9. Da competência recursal do STM.....	295
10. Da competência recursal dos Tribunais Regionais Federais	295
11. Da competência recursal do TRE.....	296
12. Da competência recursal do TSE.....	297
13. Da competência recursal dos Tribunais de Justiça	297
14. Da competência do Tribunal de Justiça	297
15. Da competência recursal da Justiça Militar Estadual.....	300
16. Da competência originária <i>ratione personae</i>	301
17. Da competência originária <i>ratione materiae</i>	302

CAPÍTULO 16

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 1

1. Noções introdutórias	307
2. Conceito de Organização Judiciária.....	308

3. Constituição da Magistratura. Sistemas	308
4. Promoção de Juízes, Critérios.....	319
5. Duplo grau de jurisdição.....	322
6. Composição dos juízos e Tribunais.....	323

CAPÍTULO 17

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 2

1. Funções do Poder Judiciário	327
2. Atividades judiciárias secundárias	328
3. Atividades de autogoverno.....	329
4. Atividades anômalas	330
5. Órgãos do Poder Judiciário.....	330
6. O STF	331
6-A. O Conselho Nacional de Justiça	333
7. O STJ.....	336
8. Justiça Militar Federal	337
9. Justiça Eleitoral	339
10. Justiça Comum Federal.....	342
11. Justiça Comum Estadual.....	343
12. Justiça Militar Estadual.....	343

CAPÍTULO 18

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 3

DA INDEPENDÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

1. Da independência jurídica dos Juízes	351
2. Os três Poderes	354

CAPÍTULO 19

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 4

DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DOS JUÍZES

1. Da independência política dos Juízes	359
2. Vitaliciedade	360

3. Inamovibilidade	363
4. Irredutibilidade de subsídios	364
5. Autogoverno	365
6. Dos deveres do Magistrado	365
7. Penalidades	366
8. Prerrogativas	367
9. Responsabilidade civil	367

CAPÍTULO 20

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 5 DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

1. Dos auxiliares da Justiça	369
2. Serventuários da Justiça	370
3. Funcionários da Justiça	370
4. O Escrivão	370
5. O Oficial de Justiça	372
6. O Distribuidor	372
7. O Contador	372
8. O Partidor	373
9. O Porteiro dos Auditórios	373
10. Peritos e Avaliadores	373
11. Os Intérpretes	373
12. Depositário Público	374

CAPÍTULO 21

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA — 6 ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Os órgãos da Justiça paulista	375
2. Circunscrições, Comarcas e Distritos	376
3. A Circunscrição	376
4. A Comarca	377
5. As Comarcas e Foros Distritais de entrância inicial	377
6. As Comarcas e Foros Distritais de entrância intermediária	379

7. As Comarcas de entrância final	380
8. Foros Distritais	380
9. As Circunscrições Judiciárias	380
10. O Distrito	384
11. A organização judiciária da Capital paulista.....	385
12. As seções judiciárias.....	389
13. Os órgãos jurisdicionais da Capital paulista	389
14. A distribuição da competência na Capital de São Paulo	390
15. O ingresso na Magistratura paulista.....	391
16. Os órgãos da 2ª instância no Estado de São Paulo.....	395

CAPÍTULO 22

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Conceito.....	409
2. Histórico	410
3. Garantias.....	412
4. Funções.....	413
5. Funções extrapenais.....	416
6. Natureza das funções	421
7. Princípios que regem a Instituição.....	426
8. Conselho Nacional do Ministério Público	433

CAPÍTULO 23

DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

1. O Ministério Público Estadual	437
2. Da organização do Ministério Público do Estado de São Paulo	438
3. Do ingresso na Instituição	439
4. Do Ministério Público na 1ª instância. Do Promotor Substituto	441
5. Dos Promotores de Justiça.....	442
6. Das atribuições.....	444
7. Dos Promotores de Justiça especializados da área extrapenal	446
8. Das atribuições.....	446
9. Dos Estagiários do Ministério Público	458

10. Da Comissão de Concurso	466
11. Dos Procuradores de Justiça	466
12. Subprocuradores	467
13. Do Conselho Superior do Ministério Público	467
14. Do Colégio de Procuradores de Justiça.....	469
15. Do Procurador-Geral de Justiça	471
16. Do Corregedor	475
17. Das garantias e prerrogativas	477
18. Da disciplina.....	479
19. Atividades.....	480
20. Manual de Atuação Funcional dos Promotores de Justiça do Estado de São Paulo	480
21. O quadro do Ministério Público no Estado de São Paulo	512
22. Deveres, proibições e impedimentos.....	513

CAPÍTULO 24

DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Da organização do Ministério Público no Brasil	517
2. Do Procurador-Geral do Ministério Público da União.....	518
3. O Ministério Público Federal.....	519
4. O Ministério Público Militar.....	521
5. O Ministério Público da União junto à Justiça Eleitoral.....	521
6. O Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho	523
7. O Ministério Público junto à Justiça local	524
8. O Ministério Público Estadual junto à Justiça Militar	525
9. Procuradores da Fazenda Nacional	526

CAPÍTULO 25

SUJEITOS PROCESSUAIS

1. Noções	527
2. Órgãos Jurisdicionais	529
3. Classificação dos Órgãos Jurisdicionais	530
4. Capacidade objetiva e capacidade subjetiva.....	531

5. Funções.....	532
6. As partes processuais.....	533
7. Acusador.....	541
8. O ofendido.....	543

CAPÍTULO 26

DO IMPUTADO

1. Imputado. Noções.....	549
2. Identidade do imputado.....	550
3. Presença do imputado.....	552
4. Da contumácia.....	553
5. Capacidade processual.....	554
6. Os mortos.....	555
7. Os animais.....	556
8. As pessoas jurídicas.....	557
9. Direitos do imputado.....	565

CAPÍTULO 27

DO DEFENSOR

1. Defesa.....	569
2. Espécies de defesa.....	569
3. Defesa em sentido estrito.....	570
4. O binômio acusação/defesa.....	570
5. Importância da defesa.....	571
6. Necessidade da defesa.....	572
7. Defensor. Procurador. Curador.....	574
8. Natureza jurídica da função do Defensor.....	575
9. Função do Defensor.....	576
10. Honorários.....	583
11. Autodefesa.....	583
12. Sanções.....	584
13. Procurador do ausente.....	586
14. Ordem dos Advogados.....	587

15. Dos deveres.....	593
16. Direitos do Advogado	595
17. Infrações disciplinares	598

CAPÍTULO 28

DO ASSISTENTE

1. O assistente. Noções	605
2. Atividades do ofendido.....	606
3. O Ministério Público e a ação privada.....	606
4. O ofendido como assistente	608
5. Função do assistente	610
6. Em que hipótese se admite o assistente?	616
7. O assistente nas contravenções	616
8. Em que fase processual se admite a intervenção do assistente?	619
9. Habilitação do assistente.....	620
10. Ouvida do Ministério Público.....	621
11. Recurso	622
12. Atividades do assistente.....	623
13. Prazo	626
14. Corréu.....	628
15. Notificação e intimação	629

CAPÍTULO 29

DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES	631
--	------------

CAPÍTULO 30

DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS

1. Noção prévia.....	633
2. Conceito.....	634
3. Caracteres	635
4. Questões prejudiciais e questões preliminares.....	636
5. Divisão.....	640
6. Sistemas	641

7. Sistema pátrio	646
8. Classificação das questões prejudiciais.....	649
9. Pressupostos das prejudiciais devolutivas absolutas	650
10. Suspensão do processo.....	651
11. Provas produzidas no período da suspensão	652
12. Prescrição	652
13. Intervenção do Ministério Público.....	653
14. Recursos	654
15. Pressupostos das prejudiciais devolutivas relativas (art. 93).....	655
16. Suspensão do processo.....	657
17. Provas produzidas no período da suspensão	657
18. Prescrição	658
19. Intervenção do Ministério Público.....	658
20. Recurso	658
21. Influência do julgado cível	658
22. Natureza jurídica das prejudiciais.....	659

CAPÍTULO 31

DAS EXCEÇÕES

1. Noções	661
2. Defesa contra a ação.....	663
3. Defesa contra o processo	663
4. As circunstâncias previstas no art. 95.....	665
5. Crítica à expressão “exceções processuais”	666
6. As exceções	667
7. <i>Exceptio suspicionis</i>	667
8. Causas de suspeição.....	667
9. Prioridade	670
10. Abstenção	671
11. Arguição	672
12. Pode o Ministério Público arguir a suspeição?	673
13. E o assistente?.....	673
14. Acolhimento	674

15. Não acolhimento.....	674
16. Não suspensão	676
17. Apreciação da exceção.....	676
18. Consequências	677
19. A suspeição na instância superior. Abstenção.....	678
20. Recusa.....	678
21. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	679
22. Abstenção	680
23. Recusa.....	680
24. Peritos	680
25. Intérpretes	681
26. Serventuários e Funcionários da Justiça	681
27. Jurado	681
28. Suspeição. Impedimento. Incompatibilidade	684
29. Autoridade Policial	688
30. <i>Exceptio incompetentiae</i>	689
31. Abstenção	690
32. Alegação	691
33. Poderá o autor opor a exceção de incompetência?.....	692
34. <i>Declinatoria fori</i>	693
35. Consequências	693
36. Incompetência absoluta.....	694
37. <i>Exceptio litispendentiae</i>	699
38. Regras aplicáveis à litispendência.....	701
39. Ilegitimidade de parte	702
40. <i>Exceptio illegitimitatis partis</i>	703
41. Poder-se-á arguir, por meio de exceção, a ilegitimidade <i>ad causam</i> ..	704
42. <i>Exceptio rei judicatae</i>	706
43. Regras aplicáveis à coisa julgada.....	718

CAPÍTULO 32

DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO

1. Noções preliminares	721
------------------------------	-----

2. Os problemas da competência. Solução.....	723
3. Conflito de jurisdição	723
4. Conflito de competência	723
5. Conflito de atribuições.....	724
6. Modalidades de conflito.....	724
7. Quem pode suscitar o conflito?	725
8. Forma de arguição	726
9. Sobrestamento do feito	727
10. Pedido de informações.....	728
11. Ouvida do Procurador.....	728
12. A quem é dirigido o pedido?	728
13. Competência	729
14. Avocação.....	734
15. Conflito de atribuições.....	734

APÊNDICE

Lei Orgânica da Magistratura Nacional.....	747
Lei Orgânica Nacional do Ministério Público	789
Estatuto do Ministério Público da União.....	823
As Seções e Subseções da Justiça Federal do Brasil	921
As Subseções do Estado de São Paulo e os Municípios que as integram	923
 BIBLIOGRAFIA	 935